

# AUDITÓRIOS E ARGUMENTAÇÃO EM TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Rejane de Fátima Araújo  
Mestre em Teoria Econômica pelo IPE/USP  
Graduanda em filosofia pela FFLCH/USP

## Resumo

Este artigo analisa a fecundidade da nova retórica para a compreensão de alguns elementos da obra de Joseph A. Schumpeter. Em primeiro lugar, apresenta um sumário dos aspectos centrais referentes à abordagem de Chaim Perelman. Em segundo, delinea os auditórios particulares e universal a que Schumpeter teria se dirigido, utilizando a proposta de Swedberg como linha de interpretação de seu trabalho. Finalmente, analisa a estrutura argumentativa do prefácio e do primeiro capítulo de *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (TDE), identificados como o estágio inicial em que ocorre o ‘contato de espíritos’ entre o orador e sua audiência. Investiga como Schumpeter a um tempo visa a adesão de sua audiência e rompe com premissas arraigadas.

**Palavras-chave:** ‘Schumpeter’, ‘nova retórica’, ‘auditórios’, ‘contingente’, ‘TDE’.

## Abstract

This article analyses the fecundity of the new rhetoric for an understanding of some elements of Joseph A. Schumpeter’s work. First of all, it provides a summary of central aspects concerning Chaim Perelman’s approach. Secondly, it delineates the particular and universal audiences of Schumpeter, using Swedberg’s proposal as a line of interpretation of his work. Finally, it analyses the argumentative structure of the foreword and first chapter of *Theory of Economic Development* (TDE), identified as the initial ‘contact of minds’ stage between audiences and speaker. It investigates how Schumpeter looks for his audiences adhesion and breaks with some rooted premises.

**Key-Words:** ‘Schumpeter’, ‘new rhetoric’, ‘audiences’, ‘contingent’, ‘TDE’.

**Indicação da área Anpec:** Área 1.

**Indicação JEL:** B41, B19, B53.

## 1. Introdução

Este artigo propõe a utilização da nova retórica – cuja formulação se associa sobretudo ao nome de Chaim Perelman (1912-1984) - para analisar alguns aspectos concernentes ao pensamento de Joseph A. Schumpeter (1883-1950). O recurso à nova retórica enquanto instrumento para leitura de textos em economia não é novo, tendo sido utilizado por trabalhos como os de Bianchi (2002) e Salviano Jr. (1993); portanto, não é de se estranhar que o presente texto discorra sobre alguns elementos já apresentados por tais autores. Ademais, no que tange de maneira mais geral à introdução da retórica em economia, é sabido que os artigos contemporâneos de Arida (1983) e McCloskey (1983) foram os pioneiros e que o último autor é quem, desde então, tem realizado um verdadeiro *tour de force* em defesa da retórica em economia. A despeito desta vanguarda, considera-se aqui que a proposta perelmaniana apresenta uma estrutura mais apropriada para interpretação e análise de textos em economia, em grande parte porque algumas das preocupações que deram ensejo à sua elaboração, derivadas da *práxis* jurídica, condizem com questionamentos acerca do ‘fazer’ ciência econômica. Por uma questão de escopo, não será realizada neste trabalho uma comparação teórica das propostas retóricas alternativas, muito embora creia-se que tal discussão seja bastante frutífera, uma vez que conduz a questionamentos cruciais acerca do papel da metodologia econômica na compreensão de seu objeto de estudo<sup>1</sup>. Como será visto adiante, a aplicabilidade da nova retórica à economia, depende de uma percepção bastante peculiar do objeto e (por conseguinte) das discussões econômicas - percepção esta que será simplesmente ‘assumida’ neste trabalho.

De antemão, a escolha de Schumpeter para uma análise deste tipo mostra-se particularmente promissora. Sua obra é alvo de um sem-número de interpretações, todas buscando uma perspectiva privilegiada e unitária para apreciação de elementos que muitas vezes aparentam ser desconexos, ou mesmo paradoxais (ver Allen, 1994 a; 1994 b). Apesar de algumas correntes econômicas tomarem Schumpeter como fonte de idéias ou precursor, é difícil identificar com clareza, tal como acontece no caso do marxismo ou keynesianismo, uma ou mais ‘escolas’ schumpeterianas. Curioso é que o próprio economista era avesso à consolidação de escolas em economia, o que de certo modo fornece pistas para apreciação da dinâmica de sua contribuição: uma obra que resiste à inserção em esquemas conceituais fechados. Esta resistência não implica, porém, que as influências recebidas pelo autor não devam ser investigadas; ao contrário, cumpre identificar, a partir da leitura de suas obras, tanto os pontos de continuidade com trabalhos anteriores, quanto, principalmente, os pontos de ruptura. Defende-se aqui que a nova retórica, com sua ênfase nos auditórios aos quais se dirige um discurso qualquer, permite uma leitura particularmente reveladora da maneira com que Schumpeter parte de e ao mesmo tempo rompe com determinados pressupostos sobre a economia arraigados entre seus pares. A leitura do prefácio e do primeiro capítulo de *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911/1982) (daqui em diante, ‘TDE’) se mostra suficiente a tais propósitos, dentro dos limites de um artigo como este.

Na seção 2, são apresentados os principais aspectos envolvidos na formulação da nova retórica, em especial seu campo de aplicação e as noções relacionadas de auditório particular e universal. Na seção 3, discorre-se sobre a interpretação que Swedberg (1991) realiza da obra de Schumpeter e sobre os auditórios a que este teria se dirigido. Tal interpretação funcionará como guia para leitura da referida seleção de TDE, conquanto a própria análise retórica permita avaliar a procedência ou não da proposta. Na seção 4, procede-se à leitura propriamente dita das partes mencionadas, identificando as estruturas argumentativas propostas por Perelman&Olbrechts-Tyteca (1958/2002). Finalmente, na última seção, são expostas as considerações finais de praxe.

## 2. A nova retórica

A edição de número 127-128 da *Revue Internationale de Philosophie* concentra vários artigos que homenageiam Chaim Perelman, identificado como pioneiro da retomada dos estudos acerca da retórica. Estes artigos colocam, em primeiro plano, a fortíssima conexão de seu pensamento com o arcabouço aristotélico, conexão localizada dentro de um esforço interno à filosofia do direito para superação da metodologia positivista. A retomada do pensamento aristotélico é feita de um modo muito peculiar, a

---

<sup>1</sup> Consultar, entre outros, Araújo (2006), Bianchi e Araújo (2005; no prelo), Gala & Rego (2002).

partir não só de interpretações específicas, como também da ênfase e rearticulação deliberada de certos conceitos.

Na introdução de seu *Tratado da Argumentação* (1958/2002)<sup>2</sup>, Perelman&Olbrechts-Tyteca não deixam dúvida:

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (P.O, p.02; ênfase dos autores).

Os autores destacam os aspectos principais desta concepção: o método hipotético dedutivo e, especialmente, a noção de **evidência**, caros à filosofia cartesiana. A idéia em jogo nesta é de que, procedendo a um encadeamento dedutivo de proposições, chega-se à certeza da conclusão resultante. Essa noção de certeza liga instantaneamente os planos lógico e psicológico e, como resultado, o processo de conhecimento independe de relações sociais e é totalmente coercitivo, já que aqueles que não alcançam a evidência é porque não seguiram o método e/ou não podem ser tomados como racionais. Não há o que discutir.

Preocupados com uma questão referente à aplicação do direito, qual seja, em como estabelecer uma lógica dos juízos de valor, (isto é, como se hierarquizam os valores e, a partir dessa hierarquia, decide-se a reputação relativa dos fatos), os autores se deparam com duas alternativas: abandonar a aplicação do direito ao campo do irracional ou estendê-los ao campo do racional. Como acreditam que a primeira saída conduziria a um relativismo extremo que, por seu turno, possibilitaria a instauração da violência, decidem-se pela segunda. Para isso, advogam uma concepção mais ampla do racional, da ‘razão’, que dê conta de estabelecer as diretrizes para decisões, num contexto em que **não há certeza** sobre as premissas. Identificam tal procedimento na noção de ‘dialética’, tal qual descrita nos “Tópicos”, pertencentes ao *Organon* aristotélico. ‘Demonstração’ e ‘dialética’ são os dois modos de se conhecer, segundo Aristóteles; a primeira operando sobre premissas que se sabem verdadeiras, a segunda sobre opiniões: a demonstração seria capaz de alcançar conclusões verdadeiras enquanto que à dialética competiriam apenas conclusões **plausíveis**.

Não se segue, entretanto, a defesa de uma ‘nova dialética’. Preferiram a aproximação da retórica, em primeiro lugar, porque o termo ‘dialética’, contemporaneamente, ganhou novos contornos a partir de Hegel, bastante distintos do sentido original. Além disso, querem enfatizar a idéia de **adesão** pertencente às concepções de Aristóteles em sua *Retórica*: a retórica se caracterizaria como defesa ou exposição de uma tese perante um **público**, com o propósito de fazer com que este aderisse às mesmas. A idéia de ‘**contato entre espíritos**’, para usar os termos de Perelman, é crucial. O orador precisa investigar as premissas compartilhadas por seus auditórios para, então, desenvolver o seu discurso. A imagem de ‘**comunhão de mentes**’ traduz bem essa etapa inicial. Ao longo do processo argumentativo, o orador necessita preservar e intensificar a adesão conquistada, tanto no caso em que o conteúdo de seu discurso vise ‘construir’ novas teses em cima das premissas antigas, quanto no caso em que deseja superar as últimas. Atrelada à idéia de adesão, a noção de ‘auditório’, já explorada em algum grau nos antigos, será retomada com força: a divisão entre ‘auditório particular’ e ‘auditório universal’ é uma das pedras de toque da proposta perelmaniana

Além da influência aristotélica, cumpre observar que Perelman (1979) situa a ‘nova retórica’ dentro de uma perspectiva ‘pluralista’ cara à obra de seu mestre Eugène Dupréel (1879-1967), mais precisamente ao seu trabalho *Le pluralisme sociologique* (1948). Perelman observa que Dupréel concebe sociedade e indivíduo como entidades que se influenciam reciprocamente. Essa interação pode se dar de três maneiras: via coerção, via persuasão, via troca de vantagens - quanto mais vias um agente dispuser, mais ‘força social’ ele tem. ‘Grupos sociais’ são constituídos enquanto reunião de indivíduos unidos entre si e distinguidos de outros por interações que se reforçam; os diversos grupos também interagem entre si. O pluralismo sociológico resulta de que os indivíduos pertencem, ao mesmo tempo, a grupos múltiplos que tanto colaboram quanto se opõem. Um indivíduo que pertença a, ou simplesmente interaja com grupos diferentes, tende a se deparar com situações de incompatibilidade; para sair delas, ele é, por vezes, obrigado a extrair-se “*en se plaçant au point de vue d’une valeur qui transcende les convenances de tel*

---

<sup>2</sup> As citações da obra serão realizadas no formato (P.O, #), em que # indica número da página, daqui em diante.

ou tel groupe” (Perelman, 1979, p.09; grifo nosso). Os valores referidos se definem, portanto, a partir de uma **transcendência**, que pode se qualificar como **‘situada’**.

Nota-se de imediato a presença destes elementos na primeira parte do *Tratado*, dedicada ao estabelecimento dos âmbitos da argumentação. O elemento mais básico para que se dê início a esta é a presença de uma linguagem comum; mas são precisos muitos outros. O primeiro destes elementos, é “o apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental” (P.O., p.18), o que além de remeter à psicologia, exige que sejam delimitadas as condições do meio que garantam este reconhecimento. De todo modo, a comunicação se dá com um **auditório** – “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (P.O., 2002, p.22), cujos contornos devem ser explicitados ao máximo. Os autores defendem que tal caracterização deve atentar para os elementos **concretos**, o mais próximo possível da realidade. A heterogeneidade de um auditório, formado por pessoas de vínculos distintos é um dos itens principais a ser avaliado; uma mesma pessoa, pode integrar pontos de vista diversos, justificados por sua participação em grupos múltiplos. As influências das concepções de Dupréel se fazem bastante presentes: “Perguntar-se-á se o auditório está incluído por inteiro num único grupo social ou se deve repartir seus ouvintes em grupos múltiplos ou, mesmo, opostos” (P.O., p.25). A persuasão dos auditórios depende, portanto, de que o orador se adapte a eles. A idéia de ‘adaptação’, todavia, não deve remeter à passividade, pois em momento algum os autores descuram do caráter **intencional** da nova retórica: “o condicionamento através do próprio discurso [...] só pode ser realizado pela adaptação contínua do orador ao auditório” – ou seja, trata-se de uma relação de mão-dupla. De todo modo, pode-se afirmar, aos que se questionam acerca dos qualificantes da ‘boa persuasão’, que a qualidade da argumentação depende em grande escala da ‘qualidade’ dos auditórios.

Até este momento, a preocupação predominante foi com o estatuto dos **‘auditórios particulares’**; com a consideração de “seu aspecto concreto, particular, multiforme” (P.O., p.29). Na seqüência, porém, os autores reorientam suas atenções para “as características de alguns auditórios, cuja importância é inegável para todos, especialmente para o filósofo” (*Ibid.*)<sup>3</sup>. Fazem-no por estarem cientes do velho debate entre filósofos ‘partidários da verdade’ e retores ‘partidários da opinião’ – debate este que estaria subsumido na clássica preocupação em distinguir entre ‘persuadir’ e ‘convencer’. A primeira noção seria mais preocupada com os resultados da argumentação, com as ações que o auditório realiza a partir do que lhe foi proposto; a segunda noção questionaria o caráter ‘racional’ da adesão. Isso posto, à parte a orientação para públicos particulares, os autores consideram que a concepção de qualquer discurso se faz mediante um conjunto de crenças que o orador possui acerca do que seriam interlocutores racionais. Ou seja, qualquer argumentação é elaborada com base na concepção prévia, pelo orador, dos elementos que constituiriam um **‘auditório universal’**. Nas palavras dos autores, o auditório universal funciona “enquanto norma da argumentação objetiva.” (P.O., p.34; grifo nosso).

A transcendência operada pelo orador, no entanto, assenta-se em grande parte, na percepção que este tenha dos auditórios particulares - impossível não recordar a idéia de transcendência situada da obra de Dupréel. Perelman&Olbrechts-Tyteca (2002, p.34) legitimam a recorrência ao auditório universal justamente no inconveniente oferecido pela heterogeneidade entre os indivíduos e grupos de um mesmo auditório particular, uma vez considerados os propósitos do orador. Se este não tem intenções disruptivas, deve elaborar o discurso que julgue o mais racional, consensual, possível. Via de regra, o orador deve raciocinar tendo em vista o limite definido pela adesão do auditório universal. Finalmente, os autores concluem, de forma lapidar:

Acreditamos, pois, que os auditórios não são independentes; que são auditórios concretos particulares que podem impor uma concepção do auditório universal que lhes é própria; mas, em contrapartida, é o auditório universal não definido que é invocado para julgar da concepção do auditório universal própria de determinado auditório concreto, para examinar, a um só tempo, o modo como é composto, quais os indivíduos que, conforme o critério adotado, o integram e qual a legitimidade desse critério. Pode-se dizer que os auditórios julgam-se uns aos outros. (P.O., p.39; grifos nossos).

Em outras palavras, os auditórios particular e universal são conectados. De um lado, o auditório universal evita que a argumentação resvale em demagogia sofista; de outro, porém as suas normas são abstraídas a partir da interação do orador com auditórios particulares variados, especialmente em momentos de tensão. Além disso, conquanto postulem certa estabilidade genérica das normas - em algum

---

<sup>3</sup> A notação *Ibid.* será usada, nesta dissertação, para citações subseqüentes de uma mesma página

momento elas se ‘consolidam’ - os autores não descartam a possibilidade de que determinadas experiências causem-lhes impacto. Finalmente, cumpre destacar que, tomada nos termos da proposta de Perelman, a retórica tem papel metodológico em esferas do conhecimento onde as premissas não são evidentes. Reconhecer sua aplicabilidade significa reconhecer o **caráter contingente** de determinadas áreas do conhecimento sem, contudo, abrir mão da possibilidade de investigá-las. A utilização da nova retórica para compreensão de textos econômicos, parte da premissa de que alguns dos pressupostos em economia são, simplesmente, 'discutíveis', qualificáveis em termos de plausibilidade, porém jamais evidentes. A interação argumentativa entre auditórios interessados em um assunto, ou objeto, de caráter contingente é o que dá a própria tônica ‘dinâmica’ da nova retórica.

### 3. Auditórios e Interpretação

Conforme dito anteriormente, a interpretação sugerida por Swedberg (1991), baliza a aplicação da nova retórica ao trabalho de Schumpeter, realizada aqui. O autor adota uma periodização que divide as obras schumpeterianas em dois períodos: o primeiro é o período europeu, que vai de 1906 - ano em que Schumpeter publica seu primeiro artigo - a 1932, quando parte para lecionar em Harvard; o segundo, americano, inicia-se em 1932 e termina no ano de seu falecimento, em 1950. É no primeiro período que escreve TDE. Este intervalo compreende a formação acadêmica do economista, efetuada entre 1901 e 1906, na Faculdade de Direito da Universidade de Viena, e sua passagem, como docente, pelas universidades de Czernowitz (1909-1911), Graz (1911-1914) e Bonn (1925-1926). No que tange ao contexto histórico mais amplo, tem-se uma Viena de *fin-de-siècle*, imersa em grande efervescência cultural e também em tensões político-econômicas que culminariam com a Primeira Guerra.

Schumpeter, ao contrário, por exemplo, de Keynes (ver Anuatti, 1994) apresenta-se oficialmente interessado somente na adesão do público acadêmico; no caso de TDE, a de um público de economistas *strictu sensu*. Para os propósitos de aplicação da nova retórica, a investigação realizada permite sugerir como auditórios particulares mais relevantes os membros da **escola austríaca** e da **escola histórica**, os quais lideravam o debate econômico nos países de língua alemã. A sugestão desses auditórios como 'particulares' se justifica a partir da intenção do economista em se firmar na academia - um propósito concreto e direcionado. O auditório austríaco é destacado como alvo mais imediato, por julgar-se razoável que Schumpeter tome como primeiros interlocutores seus mestres.<sup>4</sup> Além de Swedberg, a biografia escrita por Allen (2004a) legitima tal proposição e mostra que neste período Schumpeter pretendia ser reconhecido, sobretudo, como **teorista**. O auditório composto pela escola histórica, todavia, apresenta-se como interlocutor direto dos austríacos. Tal reciprocidade, somada à participação de Schumpeter no cenário acadêmico germânico, seja como estudante em seminários, seja como professor, justifica identificar nos alemães um segundo auditório particular relevante.<sup>5</sup>

Todavia Swedberg afirma que a tônica teórica de TDE responderia não apenas a propósitos imediatos de inserção na academia, mas também – e principalmente – caracterizaria o fato de tal obra ter sido deliberadamente confeccionada com vistas ao ‘ramal teórico’ de uma concepção complexa de análise econômica, a **Sozialökonomik**, uma concepção que visava articular a economia com outras ciências sociais:

Schumpeter spent considerable time analyzing the relationship between economics and the other social sciences, and he was constantly trying to work out different ways of integrating them in his concrete analyses. It is also very important to note that he did this within a very specific economic discourse [...]. Schumpeter struggled to express his vision within a distinct body of German-Austrian economics which was called *Sozialökonomik*. (Swedberg, 1991, p.31).

A idéia de *Sozialökonomik*<sup>6</sup> foi elaborada nos trabalhos de Max Weber (1864-1920), tendo sido inicialmente concebida como um tipo mais abrangente de análise, reunindo teoria e história econômica. Weber era membro da novíssima escola histórica que emergira como postura conciliatória entre a proposta historicista de Gustav von Schmöller (1838-1917) e a defesa da perspectiva deducionista de Carl Menger (1840-1921), as duas frentes em oposição no famoso *Methodenstreit*, ou 'batalha dos métodos'.

<sup>4</sup> Em Viena Schumpeter fora aluno de Böhm-Bawerk e von Wieser.

<sup>5</sup> Cumpre observar que autores como Shionoya (1997, 2001) sugerem este auditório como o 'mais' relevante, o que mostra que a identificação das influências e interlocutores principais de Schumpeter envolve uma decisão entre interpretações variadas.

<sup>6</sup> A tradução mais próxima é 'economia social'. De acordo com Swedberg (1991), outra possibilidade - que o próprio Schumpeter utiliza em *História da Análise Econômica* - seria 'economia científica', ou mesmo, em algumas passagens, simplesmente, 'economia'.

Schumpeter se aproxima da novíssima escola ainda no período europeu; seu terceiro livro do período, "Epochen der Dogmen - und Methodengeschichte" (1914), aparece inicialmente como parte dos *Grundriss der Sozialökonomik* (1914), enciclopédia comissionada por Weber. Swedberg defende que haveria, assim, um **plano unificador** para o legado schumpeteriano: a partir da *Sozialökonomik* justifica, entre outras coisas, os interesses sociológico e histórico de Schumpeter, consolidados, respectivamente, na opinião do intérprete, em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942) e *História da Análise Econômica* (1954). Além disso, a presença de elementos sociológicos e históricos em TDE, a despeito de sua orientação deliberadamente teórica, seria sintoma da dificuldade que Schumpeter enfrentou em separar os ramos da *Sozialökonomik*.

Para os propósitos deste artigo, interessa enfatizar que tal concepção pertence a um **discurso compartilhado** por parte de intelectuais de uma época. A conexão entre Weber e Schumpeter ganha em termos de plausibilidade ao recordar-se que ambos escrevem no ambiente marcado pela referida batalha dos métodos, buscando entretanto, superar a controvérsia em questão. O que está em jogo é o estatuto epistemológico das ciências sociais como um todo e dos vínculos que suas diversas partes apresentam, com ênfase particular para a compreensão da economia. A noção de *Sozialökonomik* emergiria desse esforço de ultrapassar as dificuldades tornadas patentes pelo *Methodenstreit*. Ora, como foi visto, Perelman&Olbrechts-Tyteca afirmam que as concepções definidoras do auditório universal são justamente constituídas a partir da transcendência fundada sobre concepções de auditórios particulares, transcendência normalmente operada em momentos de tensão entre valores concorrentes. Novamente: a partir de um discurso específico, uma perspectiva normativa abstrata é extraída. Sendo assim, a interpretação de Swedberg permite que se vislumbre um auditório universal para TDE (e todo o legado schumpeteriano), composto por um conjunto de acadêmicos ('ideais') que partilhassem desta perspectiva mais abrangente de ciência econômica. Schumpeter teria composto seu discurso de modo a fazê-lo convincente a esta 'platéia' - não foram somente auditórios e circunstâncias concretas imediatas que definiram a temática de sua obra<sup>7</sup>.

Em TDE, Schumpeter tem como objetivo explicar o desenvolvimento econômico. Do ponto de vista concreto, sua argumentação visa, como foi adiantado anteriormente, os auditórios austríaco e alemão. A própria leitura do texto permite identificar a presença das prerrogativas destas escolas, o modo com que Schumpeter se mostra influenciado ou visa superá-las, sem perder a adesão de seu público. Vale à pena, porém, destacar brevemente alguns aspectos mais relevantes do pensamento destes auditórios.

A partir da publicação de *Principles of Economics* (1871/1950), Carl Menger (1841-1921) é considerado o fundador do que viria a ser designado 'escola austríaca'. Neste trabalho pioneiro, Menger visa prover fundamento teórico e científico para a economia a partir do reconhecimento de princípios invariáveis, leis, responsáveis pelo comportamento econômico. Mesmo não sendo caracterizado pelo formalismo matemático, o raciocínio é marcadamente hipotético-dedutivo. O arcabouço austríaco toma por princípio elementar da atividade econômica o confronto entre as necessidades das pessoas e os bens escassos capazes de satisfazê-las. Associada à idéia de necessidades, observa-se a ênfase no caráter subjetivo das decisões dos agentes, que conduziu a escola a uma teoria marginalista do valor distinta de outras abordagens marginalistas e, principalmente, da teoria clássica do valor.<sup>8</sup> A economia é analisada nos termos do individualismo metodológico e da ação orientada para determinados propósitos: disso resulta uma preocupação preferencial pela análise dos processos de mercado, diferentemente da ênfase no estado de equilíbrio que caracteriza a análise walrasiana (Oakley, 1997). Caldwell (2004) destaca que o questionamento acerca da melhor metodologia para analisar tais processos de mercado era bastante presente no pensamento austríaco; cumprindo decidir-se entre uma análise explicativa, dedicada à localização de causas e efeitos ou, alternativamente, uma análise de relações meio-fim. Vale observar, finalmente, que a escola austríaca só se consolida enquanto tal após o *Methodenstreit*, assim como a escola histórica. No que tange às influências de tais elementos sobre TDE, observa-se que Schumpeter

<sup>7</sup> Ao lado da *Sozialökonomik*, é possível defender a existência de outros elementos componentes de um possível auditório universal do autor. Dentre estes merece destaque o pensamento elitista difundido em Viena na virada para o século XX. Sobre isso ver Andersen (1991) e Araújo (2006). Para análise específica dos capítulos mencionados de TDE, contudo, a *Sozialökonomik* é suficiente.

<sup>8</sup> Principalmente por intermédio dos trabalhos de Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914) e Friedrich von Wieser (1851-1926) - posteriormente identificados como representantes da 'segunda geração' da escola. É somente a partir de então que o conceito de utilidade marginal é refinado, passando a se firmar como conceito unificador de seus membros a despeito de divergências internas. (Caldwell, 2004)

inicia o primeiro capítulo referindo-se a um ‘processo social’; posteriormente, apresenta a noção de ‘necessidades’ sob holofotes, enquanto verdadeiros fatos geradores da atividade econômica, (para, no capítulo seguinte, praticamente desqualificá-las ao papel). Ademais, o questionamento metodológico que caracteriza o discurso econômico da época, também se mostra patente no primeiro capítulo de TDE. Além do formato hipotético-dedutivo da argumentação, o capítulo faz menção reiterada à busca de ‘causas’ dos fenômenos econômicos, ainda que, ao mesmo tempo, o autor teça comentários negativos acerca da ingerência da metafísica no seio da teorização econômica. Neste momento, importa constatar a presença destes aspectos, pertencentes às disposições do auditório austríaco ao longo do texto; o exame da estrutura argumentativa revelará como Schumpeter ‘combina’ e rompe com os mesmos.

A escola histórica alemã, por seu turno, constituía corpo mais consolidado que o austríaco mesmo antes da batalha dos métodos. Desde seu início, ela enfatiza o papel da ética no comportamento humano e em todas as normas e instituições sociais; assim como os austríacos, interessa-se pela evolução de tais instituições, todavia sob uma ótica completamente diferente, fundada em procedimentos indutivistas. Wilhelm Roscher (1817-1894), um de seus fundadores, elaboraria aquilo que viria a ser chamado ‘teoria do desenvolvimento por estágios’, que, em grandes linhas, afirma que todas as nações se desenvolvem sob um mesmo padrão evolucionário linear: juventude, maturidade e declínio. Outro elemento que cumpre destacar é a rejeição dos preceitos da economia clássica, interpretados como generalizações descabidas do caso britânico. Portanto, ainda que por motivos diferentes, a economia clássica era alvo comum de austríacos e alemães. Em TDE, a orientação para o auditório particular alemão transparece, principalmente, via argumentos fundados em exemplificações históricas e, no segundo capítulo, pela oposição do economista à abordagem de Roscher acerca do desenvolvimento. Para Schumpeter, a noção de desenvolvimento cara à escola histórica estaria contaminada por preceitos metafísicos, que afirmariam a existência de um ‘sentido da história’. Novamente, importa, por enquanto, apenas salientar que a noção de ‘desenvolvimento’ era tópico presente no discurso da época e que Schumpeter se posiciona em relação à mesma.

Antes, todavia, de dar início à leitura propriamente dita do prefácio e primeiro capítulo, é importante notar que a oposição entre austríacos e alemães tornou-se um tanto estereotipada após o *Methodenstreit*. De fato, ambas discordam sobre diversos pontos, especialmente sobre a metodologia mais apropriada para tratar do universo econômico. Contudo, como salienta Caldwell (2004), não se deve descuidar da presença de aspectos partilhados por ambas as escolas; um destes seria a concepção de agente econômico. Muito embora recusasse o individualismo metodológico, a escola histórica enfatizava a importância da ação humana e seu condicionamento a valores éticos. Os austríacos apesar de raciocinarem com base no individualismo auto-interessado, tornaram-se pouco a pouco afastados da concepção de homem econômico e de agente-maximizador do que se tornaria o *mainstream* neoclássico<sup>9</sup>. É possível, portanto, tomar o agente concebido pela escola austríaca como tentativa de compromisso entre o homem movido por um complexo de valores, característico da escola histórica, e o autômato da análise marginalista padrão. Seja como for, o interesse de Schumpeter na ação de um agente *sui generis*, ao invés do indivíduo maximizador, torna-se, com tais constatações, progressivamente compreensível, muito embora o empresário também se distinga do *homo economicus* austríaco.

A seguir, o artigo passa à identificação das estruturas argumentativas do prefácio e primeiro capítulo de TDE. É importante frisar entretanto, que este preâmbulo acerca dos auditórios particulares e universal de Schumpeter, mesmo neste formato resumido, traduz um pouco da relevância que a proposta de Perelman concede à investigação preliminar dos auditórios a que um discurso qualquer tenha sido dirigido. A partir do que foi exposto, a leitura que segue analisa a engrenagem construída pelo economista para persuadir seus públicos concretos, firmando-se como teorista, ao mesmo tempo em que transcende as acepções destes em um esforço continuado para compreensão de um universo econômico dinâmico.

---

<sup>9</sup> Isso seria ilustrado pelas próprias considerações de Wieser acerca da ação inovadora. Andersen (1991) liga o tópico da inovação à temática elitista da virada do século, destacando o alinhamento de Schumpeter e Wieser. Segundo este intérprete, os austríacos teriam centrado suas atenções no binômio inovação-imitação com o intuito de compreender a dinâmica das instituições sociais. Já Schumpeter, por seu turno, teria se destacado por ter feito deste binômio a chave para compreensão da (r)evolução ‘econômica’, opondo empresários líderes a imitadores que conduzem a economia novamente ao fluxo circular, no qual volta a prevalecer o comportamento hedonista maximizador.

## 4. A argumentação de TDE

### 4.1 Prefácio

O prefácio escrito por Schumpeter para a primeira edição inglesa de TDE, em 1934, fornece subsídios importantes para a compreensão da obra. No primeiro parágrafo, o autor se refere de imediato à cronologia de suas idéias; ao remeter parte delas a 1907, corrobora a conexão das mesmas à análise estática de *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie* (1908) ('*Das Wesen*'). Em tom destacadamente franco, indica as alterações presentes na segunda edição alemã, na qual se baseia a referida edição em inglês: omitiu o capítulo VII, reescreveu os capítulos II e VI. Segundo Shionoya (1997) o capítulo VII resumia os capítulos anteriores e os localizava dentro do contexto mais amplo da vida social, numa tentativa de passar da explicação do desenvolvimento econômico para a compreensão do desenvolvimento da sociedade como um todo. Ocupava 86 das 548 páginas da edição alemã e teria sido omitido, de acordo com o prefácio de Schumpeter à segunda edição, por conter um 'fragmento acerca da sociologia da cultura', o qual teria chamado mais a atenção dos leitores do que seu conteúdo teórico. Sem que se entre em detalhes acerca desta omissão, ela é importante por reforçar o propósito deliberadamente **teórico** de TDE tendo em vista um público que, à parte os membros da escola austríaca, ainda resistia à idéia de teorização. A reelaboração dos capítulos II e VI merece menção especial na medida em que estes são peças-chave do legado de Schumpeter para as teorias do desenvolvimento: o segundo capítulo traz justamente a explanação deste 'fenômeno fundamental'; enquanto que o sexto trata da teoria do ciclo, contrapartida do desenvolvimento.

Feitas as considerações iniciais, o autor enfatiza que TDE tem caráter "'francamente' teórico, tanto por seu objetivo como por seu método." (TDE, p.6)<sup>10</sup> Afirma entender por teoria '**senso comum refinado**', fornecedor de **ferramentas** para abordar fatos e problemas práticos. Na medida em que este refinamento e elaboração instrumental seriam duas de suas possíveis definições de ciência em *History of Economic Analysis*, é possível afirmar que atribui cientificidade à TDE (teoria e ciência são cognatos). Tal afirmação favorece seu enquadramento dentro do **ramal da teoria econômica**, na *Sozialökonomik*, muito embora, como já foi destacado, considerações de caráter histórico e sociológico apareçam entremeadas à teorização propriamente dita - tornando discutível seu caráter 'puramente' econômico, mesmo no que tange à metodologia que de fato é desenvolvida. Oficialmente, porém, a caracterização do livro enquanto peça científica é reiterada por meio do seguinte parágrafo:

O tema do livro forma um todo interligado. Isso não se deve a nenhum plano preconcebido. Quando comecei a trabalhar sobre as teorias do juro e do ciclo, quase há um quarto de século, não suspeitava que esses assuntos se ligariam um ao outro e provariam estar intimamente relacionados aos lucros empresariais, ao dinheiro, ao crédito e semelhantes, da maneira precisa a que me conduziu o desenrolar do raciocínio. (TDE, p.6; grifos nossos).

Percebe-se que Schumpeter atribui natureza **hipotético-dedutiva** ao (desenrolar de) seu raciocínio - ele é seqüencial e interligado - além de caracterizar o conteúdo do mesmo como 'todo' fechado. Essa técnica de argumentação se enquadra naquilo que Perelman&Olbrechts-Tyteca designam como '**modelo quase-lógico**'. Os argumentos deste modelo visam certa força de convicção por serem comparáveis a raciocínios formais; a comparação, contudo, só é possível exatamente por um esforço, em boa medida deliberado, de redução ou de precisão dos termos do argumento. Este esforço tem caráter não-formal e, portanto, preserva o caráter **não demonstrativo** do discurso. Amiúde, a redução envolve o delineamento preciso de definições; ao longo do exame dos capítulos será notado que estas constituem eixos fundamentais da argumentação.

Note-se, ainda, que os argumentos quase-lógicos se subdividem em dois grupos: os que se baseiam na natureza das 'relações' lógicas *strictu sensu* e os que se apóiam em elementos matemáticos (P.O., p.220). O primeiro grupo, grosso modo, configura-se a partir da consecução das mencionadas definições. Avalia o conteúdo destas e suas relações: identifica tautologias, analisa a complementaridade entre os termos, busca evitar 'incompatibilidades' - equivalentes da 'contradição' lógica, num contexto em que as premissas não são evidentes - e situações 'ridículas' - equivalentes do 'absurdo'. O segundo grupo se compõe de argumentos que apelam para estruturas matemáticas como: relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de freqüência. Com base no que foi exposto, pode-se avaliar que o trecho

<sup>10</sup> As referências abreviadas - (TDE, p.#) - serão utilizadas neste capítulo e no próximo para citações de Schumpeter (1911/1982).

supracitado envolve tanto uma consideração pertencente ao primeiro grupo, pois as ligações entre os conceitos econômicos são encadeadas e precisas; como ao segundo, porque os conceitos compõem um 'todo' econômico.

Mas não é somente o padrão quase-lógico que se deixa entrever no prefácio. A seqüência do texto aponta para a utilização combinada de um outro modelo. Trata-se do seguinte trecho: “*Mas logo se tornou claro que todos esses fenômenos - e muitos outros secundários - eram somente manifestações de um processo distinto e que certos princípios simples que o explicariam, explicariam também todo o processo*”. (TDE, p.6; grifos nossos).

Os termos grifados sugerem que a análise empreendida por Schumpeter possui respaldo numa realidade possível. Este tipo de discurso pode ser enquadrado no que Perelman&Olbrechts-Tyteca denominam de '**argumentação baseada na estrutura do real**'. Enquanto os argumentos quase-lógicos procuram persuadir por intermédio de seu aspecto 'racional', baseado em formas lógico-matemáticas, o presente modelo se vale de juízos supostamente admitidos pelo auditório para estabelecimento (positivo) de outros juízos, ou seja, para o estabelecimento de **ligações de sucessão**. Em outras palavras, visam articular novas concepções, de maneira plausível, a uma realidade que se julga partilhada entre os ouvintes. Perelman&Olbrechts-Tyteca notam que o sucesso da argumentação é tanto maior quanto menos se polemiza a respeito das crenças admitidas, quanto menos essas questões são explicitamente formuladas. No que tange a este ponto, é interessante observar que Schumpeter, tanto no prefácio como no primeiro capítulo, afirma se esquivar de discussões metodológicas no corpo de TDE, visto tratar-se este de um trabalho teórico.

Na prática, sabe-se que tal esquiva se justifica, em grande medida, por sua postura em relação ao *Methodenstreit*. Contudo, Schumpeter combina o uso de argumentos baseados na estrutura do real com comentários anti-filosóficos, o que confere maior **objetividade** aos vínculos que propõe. Isto é, sem que seja necessário recorrer a um conjunto de postulados filosóficos, Schumpeter simplesmente afirma que 'há' um conjunto de fenômenos, que estes fenômenos são passíveis de um ordenamento (pois, de acordo com o trecho, alguns são secundários), detectáveis como manifestações de um processo distinto e que, finalmente, podem ser explicados pelos mesmos princípios que explicam o processo. A despeito de sua antipatia em relação à metafísica, Schumpeter se refere inúmeras vezes ao termo 'essência', além de afirmar seu interesse na explicação de 'vínculos causais'. Ora, Perelman e sua co-autora salientam que relacionar dois efeitos sucessivos, descobrir a existência de uma causa e evidenciar seus efeitos são os traços mais destacados da argumentação baseada na estrutura do real. Note-se que não há interesse aqui em discutir se ela traduz um posicionamento metafísico subjacente à teorização do autor ou se, longe disso, apenas contribui com hipóteses úteis para a mesma.<sup>11</sup> Pretende-se somente observar o uso que Schumpeter faz de tal argumentação diante de seu auditório, que, vale lembrar, estava envolvido em discussões metodológicas a respeito dos pares causa-conseqüência, meio-fim.

## 4.2 - Análise retórica do capítulo I - De um mundo fechado e estático...

### Plano geral do capítulo

O primeiro capítulo é dedicado à análise teórica de uma economia em equilíbrio geral, descrita como 'fluxo circular'. Os instrumentos analíticos utilizados são típicos da teoria marginalista, principalmente em sua versão austríaca, ainda que Schumpeter tente articulá-los à proposta walrasiana. Eles se adequam a um estado de relações estáveis e encadeadas, onde o único tipo de mudança possível é a mudança gradual nos dados. A ação econômica visa unicamente à satisfação de **necessidades**, condicionada pela limitação física de recursos. A racionalidade maximizadora fundamenta-se, na prática, no concurso da experiência.

Schumpeter desenvolve sua discussão de modo a demonstrar que vários dos fenômenos fundamentais do capitalismo - lucros, juros, crédito, capital etc. - estão **ausentes** neste estado harmônico. A análise identificou como principais estruturas argumentativas, dentre outras: a) do modelo de argumentação quase-lógica: o uso de definições, divisão do todo em partes, argumentação pelo sacrifício;

---

<sup>11</sup> Silva (1993) e Shionoya (1990/1997) defendem que as objeções metafísicas de Schumpeter seriam sintoma de sua filiação ao instrumentalismo de Ernest Mach (1838-1936).

b) do modelo baseado na estrutura do real: reconhecimento de fatos, exploração de causas - cumprindo salientar que (a) e (b) se encontram intimamente articulados. Merece também destaque a analogia entre o fluxo circular e um curso fluvial, que proporciona conotação **natural** às relações examinadas.

## Leitura

O início do capítulo reporta à **unidade do todo** social de cujo curso o pesquisador seleciona os **fatos** econômicos e promove, desse modo, a primeira das abstrações impostas pela realidade que é 'copiada mentalmente'. Tem-se aqui o âmbito do **acordo** entre orador e auditório particular, prévio à argumentação propriamente dita. Ocorre, nestes parágrafos iniciais, a escolha das premissas e a formulação dos arranjos que estas comportam. Tal escolha está evidentemente condicionada às disposições do público que se intenciona persuadir: a comunicação exige um conjunto mínimo de premissas compartilhadas entre orador e auditório, uma 'comunhão de mentes', para usar os termos de Perelman&Olbrechts-Tyteca.

Como dito, considera-se como interlocutor imediato da TDE um auditório dividido entre a escola austríaca, com sua postura hipotético-dedutiva fundada na subjetividade dos agentes, e a escola histórica alemã, apoiada na observação e generalização indutiva. De acordo com esta análise, é a escola austríaca o auditório fundamental. Isso é reforçado nas primeiras linhas de TDE, que explicitam, de saída, a natureza 'teórica' do livro, em linha com as prerrogativas essenciais dos austríacos, estabelecendo um terreno bastante propício para argumentação subsequente. A ênfase, vale notar, está de acordo com a intenção de Schumpeter de ser reconhecido como teorista. Conforme o texto avança, percebe-se, neste capítulo, que as principais premissas acerca do que seria o **conteúdo** de uma teoria econômica se coadunam com as prerrogativas dos mesmos. Ao mesmo tempo, entretanto, o cuidado em compatibilizar os resultados teóricos com observações factuais, parece visar a um terreno minimamente plausível para a persuasão dos economistas alemães. É bastante razoável que o autor pretendesse fazer da teoria econômica algo mais 'palatável' a estes. Além disso, Schumpeter participava e mantinha algumas ambições no cenário intelectual alemão (Allen, 2004a).

Voltemos à leitura. Schumpeter circunscreve progressivamente o escopo de sua análise, baseando-se em uma suposta configuração da realidade e das possibilidades de apreensão da mesma pelo raciocínio. O 'todo' social é **desintegrado** em partes: tal organização permitirá o uso de argumentos de natureza quase-lógica. A menção a um 'curso', do qual a 'mão classificatória' do cientista extrairia fatos econômicos, reporta, de saída, à analogia fluvial que será utilizada ao longo do capítulo. Mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento de 'fatos' supõe um conjunto de crenças mais ou menos compartilhado entre ele e seu público com relação àquilo que se 'vê'. Perelman&Olbrechts-Tyteca sublinham o papel dos **fatos** na definição do acordo entre orador e público. Estes traduzem uma determinada concepção a respeito do real e, portanto, fornecem a base para a argumentação fundada na estrutura deste. Não se questiona o estatuto dos fatos enquanto tais: a heterogeneidade do auditório particular não pode estar assentada em um desacordo acerca deles. No caso em questão, o reconhecimento de 'fatos' sociais e econômicos aproxima austríacos e alemães, a despeito de diferenças que possuam entre si.

Em TDE, a possibilidade de desvincular analiticamente os fatos econômicos dos outros fatos sociais é legitimada, em princípio, com base no senso comum e na comparação com outra área:

[...] falamos de fatos econômicos na ciência exatamente como na vida comum e com o mesmo direito; com o mesmo direito também com que podemos escrever uma história da literatura, mesmo apesar da literatura de um povo estar inseparavelmente ligada a todos os outros elementos de sua existência. (TDE, p.9).

Os aspectos arrolados conferem certa **naturalidade** ao procedimento analítico, pois ainda que envolvam aspectos valorativos, nisso não difeririam de outros âmbitos do conhecimento. Schumpeter afirma que as "condições técnicas da cópia mental da realidade" (*Ibid.*) impõem um limite cognitivo à apreensão do todo. O procedimento teórico parece ser mesmo (o único) compatível com a própria natureza humana.

Em seguida, os fatos mencionados adquirem um contorno gradativamente mais preciso: da mesma forma que fatos sociais derivam do comportamento humano, os fatos econômicos resultariam, de modo analógico, do comportamento econômico. Schumpeter define, então, este último: "comportamento dirigido para aquisição de bens por troca ou produção." (TDE, p.9). Viu-se acima que o uso de definições

é uma característica recorrente da argumentação quase-lógica. A definição mencionada, porém, não é apenas útil para construção analítica: na seqüência, o autor argumenta em favor de sua **plausibilidade**. De acordo com ele, a progressiva especialização dos grupos econômicos teria feito com que se tornasse possível distinguir "classes de pessoas cuja atividade principal é o comportamento econômico [...]" (*Ibid.*), fazendo com que o conceito exposto deixasse de ser simples abstração. Procedimento analítico e concepção do real são compatibilizados, com vistas a ambos os auditórios.

Explicita então seu objetivo: **explicar o desenvolvimento econômico**. Dentro deste esforço, o papel do primeiro capítulo seria de familiarizar o leitor com os instrumentos analíticos a serem utilizados nessa explicação. Adicionalmente, **engrenaria** a teoria do desenvolvimento com os 'dentes' da teoria estática aceita (por pelo menos uma parcela de seu auditório) (TDE, p.10). A princípio, portanto, ela é apresentada como **complementar** à teoria estática a ser exposta no capítulo I. Esta relação é, contudo, qualificada, já que somente uns poucos resultados desta última seriam, segundo Schumpeter, necessários.

Apesar de Schumpeter dizer que renunciará à "armadura dos comentários metodológicos" (TDE, p.10) - o que condiz com o interesse em tornar seu discurso objetivo - tece, na seqüência, alguns comentários desta natureza. Atribui aos fatos econômicos uma lógica interna que seria conhecida por qualquer homem 'prático' e que precisaria, apenas, ser precisa e conscientemente formulada. Mais uma vez, o objeto de acordo (fatos) é definido de modo a permitir argumentações de natureza quase-lógica e referentes à estrutura do real. Dentro desta lógica, cabe ao pesquisador, segundo Schumpeter, descrever os **vínculos causais** entre os fenômenos até que se detecte um fator causal de ordem não-econômica. Para fazê-lo, o autor propõe que se considere uma comunidade isolada; deste modo, poder-se-ia "**ver bem a essência das coisas, que é o único interesse deste livro [...]**" (TDE, p.10; grifo nosso) e, finalmente, delinear "as características principais de uma imagem mental do mecanismo econômico." (*Ibid.*).

Schumpeter toma, em seguida, o exemplo de um agricultor que produz para o consumo de indivíduos de uma cidade distante. A 'experiência' emerge como elemento que garante a precisão e harmonia de suas relações econômicas, dado que agricultor e consumidores não se conhecem. O termo 'experiência' se repete várias vezes, em um espaço de treze linhas: "longa experiência, em parte herdada, ensinou-lhe quanto produzir para alcançar maior vantagem; a experiência ensinou-lhe a conhecer a extensão e intensidade da demanda [...]"; no parágrafo subsequente continua: "Em geral, conhece, dentro de certos limites, os preços das coisas que deve comprar [...] - tudo através de longa experiência. Também por experiência, todas as pessoas de quem compra conhecem a extensão e intensidade de sua demanda." (TDE, p.11; grifo nosso).

Perelman&Olbrechts-Tyteca destacam a **repetição** como recurso que promove a **presença** dos dados que o orador pretende enfatizar, no interior de um conjunto de objetos admitidos pelo auditório. O recurso à repetição ilustra bem o caráter não evidente dos argumentos utilizados no raciocínio dialético, posto que não têm papel algum no raciocínio puramente formal (P.O., p.198). Determinados elementos são tomados como particularmente relevantes para análise; além disso, a escolha visa atrair empatia por parte do auditório. A ênfase na experiência constitui um dos aspectos fundamentais do pensamento da escola austríaca, dada sua preocupação com os processos decisórios de indivíduos em ambientes de incerteza (Bilo, 2004; Caldwell, 2004). De fato, assim que menciona o termo pela primeira vez, Schumpeter o remete a um trabalho de von Wieser e, com isso, pode-se tomar o recurso à repetição como interessado na adesão do auditório austríaco.

O '**fluxo circular**', segundo Schumpeter o mais notável dos ritmos econômicos, obtém sua primeira menção em TDE. É caracterizado como seqüência de relações automatizadas pela experiência, dirigida pela atividade econômica passada, que tanto ensina aos indivíduos as ações adequadas quanto os torna dependentes dos frutos das produções anteriores. O autor propõe, então, que o caso do agricultor seja "generalizado e um tanto depurado" (TDE, p.11). Considera que a produção de qualquer indivíduo seja totalmente vendida, que ele mesmo seja considerado como consumidor de seu produto e que este consumo atua sobre o preço de mercado - Schumpeter prescinde, momentaneamente, do mecanismo de trocas. De acordo com este raciocínio, toda a produção (no agregado) é exaurida, visto que tudo é produzido conforme "condições de mercado empiricamente conhecidas". (TDE, p.12).

O parágrafo seguinte propõe que se insista a respeito das relações verificadas no fluxo. A **retomada e depuração** das relações em jogo é outro traço que caracteriza a tônica geral da argumentação

schumpeteriana, chegando mesmo a se assemelhar a um procedimento didático. Destaca-se sobretudo no primeiro capítulo, parecendo imitar a própria repetitividade do fluxo descrito. Schumpeter concatena em série as necessidades e as limitações do poder de compra de diversos profissionais - açougueiro, alfaiate, sapateiro etc. - de modo que o último profissional considerado venda sua produção ao primeiro da lista - o açougueiro. O fluxo, portanto, é fechado: "deve-se sempre voltar ao ponto de partida, talvez após um número de passos bem grande, embora finito". (TDE, p.12). Novamente, ele caracteriza a estrutura de uma realidade: ela é **finita**. A ênfase na localização de causas também reaparece: "A análise nem chega a um ponto final natural, nem esbarra com uma causa, ou seja, um elemento que faça mais para determinar outros elementos do que ser por eles determinado." (TDE, p.12).

Depois de ter depurado o caso do agricultor e insistido na compreensão das relações do fluxo, Schumpeter propõe que se represente o ato de consumir de forma diferente da costumeira, pois assim "nosso quadro será mais completo" (TDE, p.12): sugere que as fontes de capacidade produtiva - serviços da mão-de-obra, terra e outros elementos naturais - sejam considerados como objeto de consumo, obedientes, da mesma maneira, ao fluxo circular. Nada muda, pois sempre haverá uma demanda à espera dos fatores produtivos; mesmo que, na prática, fatores e bens nem sempre realizem o mesmo percurso, tal hipótese não promove, de acordo com Schumpeter, "nenhuma alteração essencial" (*Ibid.*). E então enfatiza: "segue-se novamente que o fluxo circular da vida econômica é fechado" (TDE, p.12). Posto que famílias e empresas agem de forma empiricamente dada, não há modificação do sistema econômico por iniciativa própria. O único tipo de mudança observada é a possível alteração dos dados, à qual os agentes se adaptam assim que a percebem. Mesmo esta adaptação, todavia, é orientada pelos métodos econômicos que estejam acostumados a usar. Sendo assim, observa que não se estará "desprezando nada de essencial" caso o fluxo seja considerado estacionário: trata-se apenas de expressar "um fato com sua precisão ideal", de expor a "essência do que efetivamente ocorre." (TDE, p.13; grifo nosso). Mais uma vez, 'fato' e 'essência' reportam o leitor ao modelo de argumentação baseado em ligações de sucessão.

Finalmente, há mais uma possibilidade explicativa, que, aliás, é apresentada como familiar: "Pode-se aperfeiçoar o quadro, [...] por meio de um artifício bem conhecido" (*Ibid.*). Trata-se da reconstrução walrasiana, com base em hipóteses relativas ao estado produtivo, preferências e dotação de fatores. Na medida em que todos estão sujeitos às mesmas hipóteses, agem de tal forma a estabelecer o equilíbrio econômico. Isso é feito mediante um esforço 'consciente e racional' que prescinde da experiência, até então fundamental para os outros modelos; prescinde também de hipóteses particulares a respeito da psique dos agentes: não é necessário supor, por exemplo, que os indivíduos sejam realmente hedonistas e racionais. O exemplo walrasiano dá o mote para que Schumpeter explicita sua preocupação em separar a análise de considerações acerca da história econômica e da psicologia dos agentes - este interesse em **separar** os ramais da *Sozialökonomik* é salientado por Swedberg (1991), que, no entanto, acredita que na prática Schumpeter não os tenha perfeitamente separado.

Seja qual for a psicologia dos agentes, o economista observa que o **significado** da atividade econômica está na '**satisfação de necessidades**' - apresentadas como verdadeiros 'fatos' da vida econômica. É a partir deste significado, afirma, que são derivados os conceitos de utilidade e utilidade marginal. Explícita, pela primeira vez, no livro, a influência do marginalismo em sua análise. Curioso é que, apresentado imediatamente após a referência a Walras, o marginalismo emerge em roupagem austríaca: a determinação de valores subjetivos com base na estrutura de necessidades é a pedra de toque da proposta marginalista de Menger. A exposição de Schumpeter visa, evidentemente, aproximar a teorização austríaca da teorização walrasiana. Tal aproximação não é trivial posto que o próprio conteúdo dos *Elementos de Economia Política Pura* de Walras (1874), por exemplo, não era tão difundido entre austríacos e membros da escola histórica, como faz crer a expressão 'artifício bem conhecido' (Perroux, 1935). Outro ponto que merece destaque é a ênfase no 'significado' da atividade econômica, ênfase também presente nos trabalhos austríacos, mas, principalmente, nos trabalhos de Weber.

Schumpeter passa, no parágrafo seguinte, para a análise da produção. De um lado, esta é condicionada por fatos físicos, como a lei do produto marginal decrescente, e por fatos da organização social. Adverte que a relevância de tais fatos para o bem-estar da humanidade não se relaciona à importância dos mesmos para a teorização - antecipando o afastamento em relação aos clássicos,

**compartilhado** por ambos auditórios. De outro lado, é condicionada pelo propósito concreto do produtor - com o que remete o leitor novamente ao papel das necessidades:

Obviamente não se requer nenhum argumento para provar que [este propósito] deva ser determinante para o 'quê' e o 'porque' da produção dentro do quadro dos meios dados e das necessidades objetivas.[...] Numa economia que não seja de trocas [...] todo indivíduo produz diretamente para o consumo, ou seja, para satisfazer suas necessidades. É claro que a natureza e a intensidade das necessidades desse produto são decisivas, dentro das possibilidades práticas. As condições externas dadas e as necessidades do indivíduo aparecem como dois fatores decisivos [...]. A produção segue as necessidades. (TDE, p.15; grifos nossos).

É a satisfação de necessidades que faz da produção um **problema econômico** e Schumpeter a distingue especialmente do seu aspecto tecnológico. O homem de negócios tem em vista a satisfação de necessidades e avalia qualquer emprego dos recursos pelo que perde deixando de empregá-los em outra produção; o engenheiro, ao contrário, seria movido por um impulso quase artístico de melhorar o aparato técnico. Entretanto, mais do que distinguir estes dois aspectos, o autor confere primazia ao primeiro - primazia que teria respaldo na vida real: "Efetivamente, na vida prática, observamos que o elemento técnico deve submeter-se quando colide com o econômico" (TDE, p.15).

O raciocínio subjacente a esta postura se aproxima da **argumentação pelo sacrifício**, pertencente ao modelo quase-lógico. Segundo Perelman&Olbrechts-Tyteca este tipo de argumentação pressupõe constante o valor dos termos comparados, revelando por intermédio de uma escolha aquele a que se confere maior importância. A semelhança com procedimentos formais, todavia, é reduzida pelas variações que de fato ocorrem com a comparação efetiva: no caso em questão, o próprio valor da inventividade técnica é reduzido após a comparação. Schumpeter parece atento a isso, pois linhas adiante, pondera a assertiva anterior afirmando que na ausência de impedimentos econômicos "é bem razoável aclarar a lógica interna dos métodos" (TDE, p.15). Mas nem aqui as medidas de melhora tecnológica são totalmente independentes, posto que seriam úteis na medida em que "já estarão elaboradas para o momento em que se tornarem vantajosas" (*Ibid.*).

Depois disso, o autor afirma que tanto produção econômica quanto tecnológica não criam nada, mas influenciam ou utilizam 'forças' e coisas que estiverem ao alcance, para modificação de um estado qualquer de necessidades. "Ora, para o que se segue necessitamos de um conceito que abarque esse 'utilizar' e esse 'influenciar'." (TDE, p.16): o conceito '**combinação**' aparece, assim, pela primeira vez e é repetido diversas vezes na seqüência. Destaca-se a evidente preocupação com o estabelecimento de definições e o vínculo da nova definição com o pressuposto da satisfação de necessidades. A produção tecnológica e econômica diferem, novamente, no que diz respeito ao conteúdo da idéia de combinação. Ainda que resultem na alteração de um estado de necessidades, as primeiras não a perseguem (a alteração) como objetivo. Pretendem, antes, à própria reorganização da técnica, ao rearranjo dos fatores envolvidos. A produção econômica, de sua parte, tem interesse no **próprio estado de necessidades** e se liga à avaliação dos meios existentes para alteração do mesmo. Schumpeter defende mais uma vez que a "lógica econômica prevalece sobre a tecnológica" (TDE, p.16), apoiando-se em observações da 'vida real.' Por fim, exige que se 'defina' com precisão o que deve ser combinado: no tocante a isso, considera possível combinar todos os tipos possíveis de objetos e 'forças', incluindo o trabalho, tomado como meio de produção.

O autor passa, em seguida, a considerar a ordenação dos bens conforme sua distância do consumo final. Esta hierarquização é austríaca, encontrando-se já no trabalho de Menger - a quem Schumpeter presta o devido crédito (TDE, p.17). A ordem de um bem aumenta conforme este se aproxime dos fatores produtivos originais: trabalho e terra - considerados os bens de ordem mais alta. A semelhança do fluxo fechado a um curso fluvial é explicitada, visando à compreensão da hierarquia de ordens por meio de uma analogia. Os bens se consolidam para consumo pelo acréscimo de bens de ordens mais altas:

[...] com o auxílio de tais adições [o bem] abre seu caminho para o consumidor tal como um ribeirão, que auxiliado pelo influxo de riachos, rompe seu curso através das pedras, penetrando sempre mais profundamente na terra. (TDE, p.17).

Por meio desta **analogia**, os bens inferiores parecem absorver, em sua concretude, as ordens que entram em sua composição. O movimento em direção ao topo da hierarquia revela bens diminuindo em número e se tornando gradativamente amorfos, com usos potenciais cada vez mais amplos. "A árvore genealógica dos bens torna-se progressivamente mais fina; [...] o parentesco produtivo dos bens aumenta com sua ordem."(TDE, p.18). Na ordem mais alta são encontrados o primeiro 'par' ancestral: terra e

trabalho. Eles são suficientes para a geração de todo o resto: mesmo os bens de produção intermediários são "apenas a encarnação dos dois bens de produção originais" (*Ibid.*) e "não têm existência em separado" (*Ibid.*). A analogia fluvial se mistura a uma analogia de relações genealógicas, com o que Schumpeter confere imensa **naturalidade** às conexões econômicas que examina.

Detém-se, em seguida, no exame do fator trabalho. Prossegue na localização de **distinções** entre tipos de trabalho (procedimento de conotação quase-lógica) e localiza dois pares básicos: trabalho dirigente/dirigido e autônomo/assalariado; sendo que o segundo par apenas caracteriza a forma concreta que o primeiro assume numa economia de trocas - as relações internas aos pares são idênticas. Em si, a função de superintendência, segundo Schumpeter, não constitui "nenhuma distinção econômica essencial." (TDE, p.20). É, sim, a função de tomar decisões que se coloca como "traço distintivo essencial" (*Ibid.*) entre os elementos dos pares e, por isso, prossegue em direção a um exame mais atento do **conceito de decisão**.

De certa forma, Schumpeter nota que qualquer trabalho envolve algum grau decisório: ainda que o 'que' e o 'como' sejam ensinados ao trabalhador, este, no dia a dia, encontra imprevistos acerca dos quais deve se posicionar. Esse tipo de decisão também se dá no trabalho dirigente, sendo pautada pelas exigências da **demand**a. É esta que, no fundo, lidera o processo econômico e prescreve o contorno fundamental do 'que' e 'como' o diretor deve fazer - este só garante da melhor forma o atendimento de suas necessidades, tomando decisões relativas a procedimentos menores. É este o **significado** das ações. Caso os dados com que lida se alterem, tais decisões se adaptam rapidamente: em geral, já age prestando atenção não às condições normais que se lhe apresentam, mas a tendências.

Todavia, na medida em que todos os agentes tiram conclusões a partir de circunstâncias conhecidas, Schumpeter nota, não faz diferença se executam trabalho dirigente ou dirigido: "qualquer papel criativo fica ausente do sistema econômico" (TDE, p.21). A referência à criatividade faz suspeitar que o conceito de decisão e liderança 'relevante' defina-se com base nela. E, de fato, "Se o indivíduo age diferentemente, então aparecem fenômenos essencialmente novos" (TDE, p.21). Contudo, Schumpeter corta a discussão exatamente no que parecia ser seu ponto alto: "Mas aqui só estamos interessados em expor a lógica inerente aos fatos econômicos." (*Ibid.*) - e passa para a questão dos determinantes da oferta de trabalho. Ao postergar a análise do vínculo entre função diretiva e criatividade, Schumpeter confere presença a este, na medida em que faz o interlocutor **questionar-se** acerca da omissão.

A oferta de trabalho é determinada conforme o princípio de (des)utilidade marginal do mesmo, supondo-se informação perfeita acerca de todas as possibilidades disponíveis. Cumpre destacar que Schumpeter recorre a observações da realidade - "expressões da vida cotidiana nos lembram que o trabalho para a obtenção do pão nosso de cada dia é um fardo pesado" (TDE, p.21) - para afirmar que "daí se torna inequivocamente evidente" que o trabalhador se deixará guiar pela comparação entre os ganhos marginais auferidos e o esforço despendido para tanto. Mas na medida em que terra e trabalho amiúde figuram juntos, Schumpeter observa que a determinação do valor de cada qual, necessária para que um produtor qualquer decida que combinação de fatores usar, fica mais complicada.

Encontra a solução na 'teoria da imputação', que se preocupa fundamentalmente acerca de como os bens de ordem superior, ou fatores de produção, são valorados e, no caso de uma economia de trocas, têm seus preços estabelecidos. Vale destacar que esta teoria possui raízes antigas, ainda nos trabalhos de Aristóteles, (Mayer, 1994). Mas associada à teoria do valor subjetivo só emerge com o trabalho de Menger; desenvolveu-se em linhas diferentes, tendo sido inclusive objeto de disputa entre von Wieser e Böhm-Bawerk. Schumpeter, entretanto, não entra nos detalhes de sua origem e variantes, apresentando-a como bloco coeso; utiliza o recurso estilístico de ênfase para conceder presença à sua serventia:

O que o indivíduo deseja medir é o valor relativo das quantidades de seus meios de produção. Precisa de um padrão que o auxilie a regular seu comportamento econômico; precisa de catálogos aos quais possa adaptar-se. Em suma, precisa de um padrão de valor. (TDE, p.22; grifo nosso).

Schumpeter termina o parágrafo referindo-se à ausência, em primeira instância, de um tal padrão de valor (vide passagem acima), mas inicia o seguinte afirmando estar claro que esses bens devem sua importância "ao fato de [...] satisfazer necessidades" (TDE, p.22), por confluírem para a elaboração de bens de consumo e, "Portanto, recebem seu valor desses últimos." (*Ibid.*). O choque causado pela expressão 'estar claro' faz com que a evidência da premissa ('satisfazem necessidades') seja realçada e

conduza à conclusão quase-lógica subsumida na cláusula "Portanto[...]". Com isso, Schumpeter chega à idéia de produtividade marginal dos fatores. Resolve, em seguida, prescindir da hipótese de que os indivíduos possuem familiaridade com o valor dos bens de consumo, com o objetivo de tentar reconstruir racionalmente o processo de imputação e realçar seu vínculo com a hierarquização de necessidades. A título de brevidade, o artigo não discorrerá acerca dos detalhes desta reconstrução. Vale apenas destacar o **caráter dedutivo** da argumentação, que se deixa transparecer no intenso uso da palavra 'então' ao longo deste parágrafo:

[...] devemos começar pelo ponto em que o indivíduo ainda não está certo quanto à escolha entre as possibilidades existentes de emprego. Então, antes de tudo, empregará seus meios de produção na produção dos bens que satisfazem suas necessidades mais prementes [...]. A cada possibilidade de emprego considerada corresponderá um valor particular de cada incremento. Então só pode ficar claro qual desses valores estará definitivamente associado com qualquer incremento, depois da escolha ter sido feita e resistido ao teste da experiência. [...] Então com esse arranjo o indivíduo encontrou a melhor solução possível [...]. Se agir assim, então pode dizer que, a seu ver, tirou o máximo proveito dessas circunstâncias. [...] Se não houver nenhuma experiência disponível, então deve tentar o seu caminho passo a passo [...] E se mudarem as condições que se expressam nessa experiência, então submeter-se-á à pressão das novas condições e a elas adaptará sua conduta e avaliações. (TDE, p.24; grifos nossos).

Schumpeter procede à análise dos **custos**, identificados, em primeiro lugar, como o valor dos produtos que deixam de ser produzidos em nome das escolhas levadas adiante; deste modo, "os custos são um fenômeno do valor" (TDE, p.24) - apresentação condizente com a antipatia dos austríacos aos clássicos. Conforme aumenta a produção de um bem qualquer, mais fatores deixam de ser utilizados para a produção de outros itens e, com isso, o ganho de valor por meio de sua produção tende a desaparecer - com o que o bem em questão deixa de ser produzido. De modo geral, os custos podem ser tomados como itens "de passivo na folha de balanço social" (TDE, p.25), e isto denotaria "seu significado mais profundo" (*Ibid.*). Na margem, o valor dos bens de produção é igualado a seu custo. Chega, finalmente, à posição de **equilíbrio econômico**.

Schumpeter passa, então, a **esmiuçar** as características deste estado de equilíbrio. No caso de uma economia de trocas, os custos são considerados como somas monetárias necessárias à obtenção dos meios produtivos, incluindo os esforços do homem de negócios. Assim, "os custos são em sua essência os totais de preços dos serviços do trabalho ou da terra" (TDE, p.26): a produção flui sem lucro. Ao leitor insatisfeito, Schumpeter propõe que se suponha que o produtor recebe um tal lucro e, em seguida, argumenta por **contraposição** - por excelência um argumento quase-lógico - chegando, novamente, à inexistência de lucro.

Resta-lhe ainda o confronto com teorias alternativas, referentes à **perturbação do estado de equilíbrio**, que ele associa principalmente ao nome de Böhm-Bawerk. Em primeiro lugar, reconhece o impacto de fricções como o erro, o contratempo, a indolência como fonte de lucros temporários, muito embora não sejam fenômenos 'essenciais'. Em segundo, analisa a possibilidade, defendida por Böhm-Bawerk, de que o elemento tempo altere o processo de imputação e impeça que uma parte do valor do produto retorne aos serviços do trabalho e da terra; os meios de produção seriam bens de consumo futuros e por isso valeriam menos que os bens de consumo (presentes). Enuncia duas questões concernentes a essa possibilidade; bastando aqui a consideração da primeira delas: é possível que as satisfações futuras sejam subvalorizadas "sistemática e generalizadamente" em relação às satisfações iguais atuais?

A evolução da argumentação é particularmente interessante. Antes de tudo, em nota, Schumpeter faz questão de enfatizar que Böhm-Bawerk é "a autoridade mais importante" (TDE, p.28) quanto ao tópico do tempo em economia. Depois afirma que uma resposta afirmativa à questão mencionada seria bastante plausível: a entrega imediata de um presente é mais agradável que uma promessa futura. Entretanto, observa, é preciso atentar corretamente para a pergunta: ela considera a valorização de um fluxo regular de renda. Schumpeter ilustra a questão com um indivíduo que receba uma renda vitalícia, tenha necessidades constantes por toda a vida e não esteja sujeito a vicissitudes. A partir daí, a resposta que antes parecia plausível é completamente desqualificada: faria sentido um tal indivíduo desistir das parcelas futuras com mais facilidade que das presentes? "Obviamente que não, pois se o fizesse [...] descobriria, no momento devido, que teria obtido uma satisfação total menor [...]" (TDE, p.28; grifo nosso). Quanto à observação de que isso ocorre na prática, ele afirma: "freqüentemente ocorrem transgressões das regras da razão econômica. Mas não é essencial [...]" (*Ibid.*). Em alguns casos, é preciso

reconhecer que, na verdade, não há transgressões, mas sim fatos que não se adequam às hipóteses arroladas. Ele cita, então, o caso de crianças e selvagens, os quais prezam muito os prazeres presentes simplesmente por não verem necessidades futuras...Adiante, Schumpeter observa que o argumento exposto também se aplica, por exemplo, à abstinência (de consumo), remetendo o leitor ao trabalho de Böhm-Bawerk. Na seqüência, afirma, porém:

Esse fenômeno [abstinência] não pode [...] simplesmente ser negado, como não existente. Mas é muito mais complicado do que aparenta ser e é digno de nota que sua natureza e suas manifestações ainda não encontraram nenhuma análise profunda. (TDE, p.30; grifo nosso).

Afirmção com a qual sugere desconfiar até mesmo da mencionada autoridade de seu mestre. Perelman&Olbrechts-Tyteca exploram o papel da **interrogação** no cenário argumentativo (note-se que o argumento de Schumpeter se desenrola a partir de uma pergunta) e alguns pontos dessa análise merecem ser destacados. Primeiramente, observam que o formato interrogativo visa explicitar uma **adesão inconsciente** do auditório, dado que o ato de responder a uma determinada interrogação pressupõe, ele mesmo, um certo nível de adesão: é preciso que a pergunta 'faça sentido' para ser respondida. Nos diálogos socráticos, em geral, os questionamentos encadeiam adesões dos interlocutores e os conduzem ao reconhecimento da verdade. Via de regra, no entanto, a interrogação visa sobretudo compelir o adversário a **incompatibilidades**, visto ser uma forma hábil de engendrar raciocínios com a cumplicidade do interlocutor. Uma incompatibilidade é o equivalente dialético da contradição lógica - esta viável somente em sistemas formais. Observa-se que a desqualificação da resposta afirmativa à pergunta proposta por Schumpeter só procede se se considerarem válidas e inequívocas todas as considerações precedentes acerca do fluxo circular. De certo modo, a argumentação prévia, fundamentada em modelos quase-lógicos e da estrutura do real, confere o estatuto de **evidência** a tais considerações - de forma que Schumpeter não sente a necessidade de explicitar a natureza circunscrita de seu raciocínio, desenvolvendo-o de maneira peremptória. A expressão 'obviamente' e as referências a 'transgressão de regras da razão' e a 'crianças e selvagens', tendem a aproximar a postura que se lhe contrapõe do **ridículo** - o equivalente quase-lógico do absurdo.<sup>12</sup> Cumpre salientar que Schumpeter reitera aqui sua posição a respeito da **ausência de juro**s, já apresentada em *Das Wesen* e que posteriormente é melhor desenvolvida no capítulo V de TDE. Trata-se de uma ruptura importante com as disposições de membros de seu auditório austríaco, cuja presença já no capítulo I, possivelmente supõe a eficácia da argumentação de *Das Wesen*.

Na seqüência Schumpeter discorre a respeito do sistema de valores formado pela interação dos valores dos bens individuais (explicados pela teoria da imputação), uma vez em que estes se relacionam enquanto complementares, substitutos etc. Tal sistema é tomado como expressão de toda a "economia de uma pessoa, [de] todas as relações de sua vida [...]" (TDE, p.31). O autor reforça aqui o papel da experiência, cuja estrutura se encontra subsumida no sistema de valores, para a ação econômica dos agentes que, segundo Schumpeter, permanecem normalmente "abaixo do limiar de sua consciência" (TDE, p.32). Considera, finalmente, a maneira de agir baseada na experiência como racional na medida em que ela conduz à posição de equilíbrio, cujas partes constituintes não podem ser alteradas sem que o indivíduo se depare com uma situação pior. Enfatiza novamente o papel das necessidades frente a condições objetivas: a 'geologia' desta 'montanha de experiências' as revelaria como causa do sistema de valores (as analogias com a natureza tornam-se mais proeminentes). Importa que, em suma, a regra é "agir de acordo com as necessidades objetivas do sistema econômico sem desejar modificá-las" (TDE, p.32).

Cabe aqui considerar dois pontos. Em primeiro lugar, apesar de estar descrevendo a noção geral de equilíbrio, observa-se que Schumpeter mescla comentários de ordem **psicológica** às prerrogativas **analíticas**, a despeito de seu já mencionado interesse em separar estes elementos. Em segundo, a forma com que se refere ao agente racional - indivíduo inconsciente imerso em um sistema de necessidades objetivas - é carregada em suas cores de modo a ser contrastada agudamente com a postura do empresário inovador. Somando-se passagens anteriores, como aquela em que suspende as considerações acerca do conceito de decisão, a temática do **capítulo dois** é trazida sorratamente à consciência.

---

<sup>12</sup> Para detalhes acerca do papel do ridículo na argumentação ver Perelman&Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 233.

Schumpeter observa que o sistema de trocas interfere neste sistema de valores, dado que um produto qualquer deixa de ser diretamente avaliado por seus produtores conforme seu 'valor de uso', passando a ser considerado conforme o que os austríacos denominavam 'valor subjetivo de troca', baseado na utilidade das mercadorias que os produtores podem auferir com a troca do referido produto. A condição de equilíbrio, em essência não muda: os recursos continuam sendo distribuídos de modo a renderem satisfações marginais iguais. Mas a condição ganha novo formato, assentado em preços: para as famílias, as utilidades marginais serão igualadas aos preços dos bens de consumo; as empresas, por seu turno, compararão preços dos fatores de produção a produtividades marginais. As trocas observadas em qualquer economia constituem, assim, "em sua totalidade, a forma externa do fluxo circular"(TDE, p.33). A atribuição de '**formas**' estruturas descritas em sua essência classifica-se, dentro do arcabouço da nova retórica, como argumentação fundada numa suposta estrutura do real.

Schumpeter **destrincha** a noção de 'trocas', circunscrevendo seu interesse àquelas que são realizadas entre serviços do trabalho e da terra e bens de consumo. Supondo que a) em todo período só sejam consumidos produtos concretizados no período anterior, e b) sejam produzidos somente bens para o período seguinte, o economista chega à conclusão de que trabalhadores e proprietários de terra trocam seus serviços apenas por bens de consumo presentes. Novamente, o elemento tempo não possui nenhum papel. Com isso, descarta a necessidade de formação de um fundo de bens de consumo para manutenção dos trabalhadores (**não há crédito**); do mesmo modo, não se observa em nenhuma parte do sistema, a formação de estoques de meios de produção (**não há capital**). As trocas são imediatas e coordenam o curso da realidade econômica em função das necessidades e dos meios para sua satisfação. Outrossim, "não há nenhuma classe cuja característica é a de possuir meios de produção produzidos ou bens de consumo" (TDE, p.35). **Não há capitalistas nem empresários.**

Cabe observar que o tom destas passagens é particularmente incisivo. Por não considerar em detalhe as características do fluxo circular, a teoria teria deixado de perceber que o dividendo nacional é completamente compartilhado por trabalho e terra:

Isso foi mutilado pela teoria e daí um grande número de ficções e falsos problemas foram artificialmente criados - inclusive o problema do que é o 'fundo', pelo qual são remunerados os serviços do trabalho e da terra. (TDE, p.35; grifos nossos).

Em seguida, o autor prossegue afirmando que "a idéia de que em algum lugar há um estoque acumulado de tais bens [consumo e produção] é absolutamente falsa."(*Ibid.*). A referência a 'fundo de manutenção', 'acumulação de estoques', ausência de 'capitalistas' e, adiante, à 'mercadoria dinheiro', remetem aos termos do marxismo. Curiosamente, Schumpeter, que até aqui amiúde menciona os representantes das posturas que defende ou ataca, não faz qualquer menção a Marx. Uma forma de interpretar tal omissão é supor que ela se dê em função de seu auditório, especialmente em seu núcleo austríaco: tal auditório estaria predisposto a reconhecer rapidamente e negar a existência dos elementos destacados por Schumpeter do legado marxista, sem que houvesse necessidade de maiores esclarecimentos. Posicionando-se sem concessões, no capítulo de abertura, o economista estaria em linha com as disposições de sua audiência.

Tendo explicado a ausência de lucro, de capital e crédito, Schumpeter passa à consideração da 'mercadoria dinheiro'. Uma vez em que "a experiência mostra que todo indivíduo avalia seu estoque de dinheiro" (TDE, p.36), cumpre analisar os determinantes do valor. Recorrendo ao trabalho de Wieser, nota que o dinheiro possui um valor histórico, relacionado ao valor de uso de seu próprio material - por exemplo, o ouro - inicialmente contraposto a outras mercadorias. Entretanto, é seu valor enquanto meio de troca (valor do dinheiro, enquanto dinheiro) que é considerado mais relevante por Schumpeter, sendo possível localizar um valor de troca pessoal do dinheiro: seu valor é estipulado de acordo com o valor dos bens de consumo por que é trocado. Portanto, a relação relevante para determinação do valor do dinheiro é a relação entre renda real e renda monetária; "o dinheiro só tem a função de instrumento técnico, mas não acrescenta nada de novo aos fenômenos."(TDE, p.39) Schumpeter está atento ao fato de que, na prática, encontram-se quantidades de dinheiro não-circulantes, cujo valor cumpriria explicar; nota, porém, que tal análise não tem lugar ali, devendo ser desenvolvida adiante - o capítulo segundo se torna cada vez mais premente.

Por fim, argumenta sucintamente em favor da **ausência do juro** no fluxo circular: seria possível substituir o dinheiro monetário por instrumentos de crédito, por exemplo as letras de câmbio; todavia tal como o valor do dinheiro, o preço destas espelharia os bens de consumo, ou seja, seriam negociadas sempre ao par. Não haveria desconto e, portanto, a lógica das coisas econômicas não explica o juro. O quadro que fica, portanto, é o de uma corrente de dinheiro fluindo na contramão da corrente de bens, cujos movimentos são apenas reflexos dos movimentos dos bens - um quadro harmônico que equivale à **ausência de ciclos**.

O movimento final do capítulo ilustra bem a tônica dos argumentos quase-lógicos (parte-todo) e dos argumentos fundados na estrutura do real ('parte-todo' como fatos) que o constituíram. O autor iniciou o capítulo pela consideração do **processo social** como 'todo' indivisível, do qual **analiticamente**, entretanto, seria possível **extrair** os 'fatos' econômicos. Agora, após ter esmiuçado tais fatos econômicos, retoma o fato social com base na idéia de valor: "O fato social [...] está na circunstância de que os valores individuais são inter-relacionados e não são independentes um do outro." (TDE, p.41). Tal assertiva destaca o individualismo metodológico - condizente com a postura austríaca - que esteve presente ao longo de todo raciocínio deste capítulo. Mais do que isso, porém, as atenções são chamadas para a via de mão-dupla que liga as partes individuais ao todo: os procedimentos de análise e síntese são perfeitamente compatíveis e intercambiáveis - o que traduz o caráter **quase-lógico** do raciocínio. A comparação de duas formulações, retiradas respectivamente do início e do final do capítulo, reforça a constatação. Por um lado, foi visto que: "Os fatos sociais resultam, ao menos de modo imediato, do comportamento humano. Os fatos econômicos resultam do comportamento econômico." (TDE, p.9) - tais premissas legitimam a **dissociação** dos fatos com base em uma dissociação de comportamentos; premissas que, aliás, posteriormente possuíam **respaldo** empírico com a divisão do trabalho (TDE, p.9). Mas, uma vez compreendidos todos os 'fragmentos' econômicos e avaliados seus vínculos: "A totalidade das relações econômicas constitui o sistema econômico, justamente como a totalidade das relações sociais constituem a sociedade."(TDE, p.41). Além da **simetria lógica**, observa-se, novamente, certo respaldo do argumento na **estrutura da realidade**. Como visto acima, as relações sociais se apresentam, fundamentalmente, enquanto valorações (sociais) compostas pelos valores dos indivíduos; estas valorações, por seu turno: "refletem todas as condições de vida de um país, neles são expressas em particular todas as 'combinações'." (TDE, p.42, ênfase do autor). Mais uma vez, Schumpeter **articula lógica e realidade de modo positivo**. Agora, porém, não mais no âmbito do 'contato inicial dos espíritos', mas já em um movimento argumentativo que converge, progressivamente, para a análise da dinâmica do segundo capítulo.

## 5. Conclusão

Dentro da ótica da nova retórica, o capítulo I foi analisado, sobretudo, como espaço de **comunhão de mentes**, em que o autor explora premissas aceitas pelos seus auditórios. Aos poucos, o conteúdo deste capítulo converge para o capítulo II - e se é que o próprio conteúdo facilita essa convergência, não se pode descurar da intenção do orador em estabelecê-la. Foram explorados com minúcias os modelos argumentativos utilizados, a interação entre estes e alguns dos conteúdos partilhados pelos auditórios particulares austríaco e germânico. Com base nesta interconexão, caracterizou-se a presença da *Sozialökonomik* e de outros elementos constituintes das normas do auditório universal.

A faturação do processo social em partes - das quais o pesquisador seleciona o setor econômico - a recorrência a definições, a retomada e depuração tanto destas como das relações presentes no fluxo circular, a argumentação por contraposição e a desqualificação fundada no ridículo, são alguns dos esquemas argumentativos fundamentados no modelo **quase-lógico**, presentes neste capítulo. Por seu turno, a referência ao processo social como 'todo' composto por setores e a caracterização dos mesmos como 'fatos' legítima, no real, o procedimento analítico e também dá respaldo às definições. A busca por explicações, a referência incrivelmente reiterada a termos como 'causa', 'vínculo causal', 'essência', 'fundamento', juntamente com a referência a 'fatos' se enquadram no modelo argumentativo fundado na **estrutura do real**. O misto realidade-lógica é delineado numa linguagem afeita ao **modelo hipotético-dedutivo**, de acordo com o qual são extraídas conclusões a partir do encadeamento de premissas

(supostamente) 'evidentes'. Procedimento compatível com a intenção de TDE: "ver bem a essência das coisas". (TDE, p.10).

Mas Schumpeter não está falando de quaisquer coisas (para quaisquer pessoas). O fluxo circular é condicionado, liderado, pelas **necessidades** dos indivíduos e a obtenção de meios (bens) para satisfação destas depende do concurso da experiência. São, a propósito, as necessidades que dão o **significado** da própria ação econômica, no fluxo. Estes são pilares fundamentais do pensamento da escola austríaca. Observou-se também que a teoria clássica do valor, que em TDE tem suas limitações apontadas, era um alvo comum tanto a austríacos como a alemães. Essas considerações dizem respeito a alguns elementos do conteúdo da economia, dos **objetos** em torno dos quais se definiram as preocupações de Schumpeter e seus auditórios.

O tratamento destes objetos se faz dentro do mencionado formato hipotético-dedutivo que parece de acordo com as disposições do auditório austríaco - o auditório particular central - conquanto a busca de respaldo histórico, para boa parte dos resultados obtidos, seja conforme a preocupações com o público adjacente alemão. Importa que, no que tange ao primeiro público, a argumentação vai, aos poucos, **desfigurando** o próprio fluxo circular. Assim como Descartes contesta nas *Meditações* certezas para ele infundadas, os principais elementos do capitalismo vão sendo negados no fluxo. Na economia estática não há lucros, não há capital, não há crédito, não há ciclos e, para desconsolo de Böhm-Bawerk, não há juros (na ausência de desenvolvimento anterior). O dinheiro é só um véu. Sobra muito pouco: os fatores, as necessidades, a experiência e o equilíbrio inevitável. Nota-se, contudo, que o **terreno** para argumentação do capítulo subsequente está sendo preparado - Descartes busca certezas. Procedimentos que conferem presença aos elementos a serem examinados no capítulo II foram detectados no capítulo I: para qualificar inócua a distinção do fator trabalho como dirigente ou dirigido, Schumpeter observa que, no fluxo, o significado das ações se define em função das necessidades e que "qualquer papel criativo fica ausente do sistema econômico" (TDE, p. 21). A criatividade fica sugerida como fator distintivo da ação que lidera, mas só será examinada 33 (trinta e três) páginas depois - deixar uma discussão pendente, como visto, é um dos procedimentos apontados por Perelman&Olbrechts-Tyteca para conferir presença à mesma.

Até aqui, considerou-se a interação entre argumentos, auditórios particulares e os objetos do discurso. Contudo, no ambiente intelectual em que estava inserido, considerações de **caráter metodológico** estavam imbricadas no discurso econômico. O *Methodenstreit* estava no ar. A decisão por um formato cartesiano privilegia o auditório particular austríaco, mas não representa apenas uma forma de Schumpeter 'vender seu peixe', conquistar a adesão dos austríacos, em si mesma. Não devem ser esquecidas as considerações filosóficas acerca do 'bom' discurso! Pensando do ponto de vista das normas da *Sozialökonomik*, que, conforme visto, emerge como proposta para dissolução da batalha dos métodos, a decisão não é arbitrária, parecendo condizer com uma postura de Schumpeter acerca da natureza da economia e da teorização. O autor parte da hipótese de que a economia seria passível de um tratamento teórico puro. O misto de argumentos quase-lógicos e fundados na estrutura do real tem um alcance além do cenário argumentativo concreto, remetendo às concepções metodológicas de Schumpeter no início de sua carreira.

Ademais, a interpretação de Swedberg, não obstante conduza a aplicação do instrumental proposto, é ao mesmo tempo posta em prova. Antes da leitura, os elementos referentes aos auditórios particulares e aos vínculos entre Schumpeter e Weber, sugeriram que a tomada da *Sozialökonomik* como norma do auditório universal no que concerne à economia parecia bastante plausível. Os elementos em jogo em TDE reforçam esta plausibilidade. A constatação de Swedberg de que o vínculo entre os ramais da *Sozialökonomik* permaneceu não resolvida, parece respaldada pelo contraste entre o esforço de Schumpeter em apresentar uma 'teoria pura' e o cruzamento com outros ramais, sociológico e histórico. De fato, a despeito das intenções imediatas do economista, a própria 'idéia de teorização' – incluindo a possibilidade desta ser 'pura' – é um tema que se torna ainda mais complexo a partir do capítulo dois e que ganha uma reflexão cada vez mais (auto)consciente ao longo de toda a carreira do economista. Evidentemente, a justificação de tal assertiva requer a análise de outros textos do autor, o que se espera realizar em ocasião futura. Seja como for, é possível afirmar que foi a combinação criativa (e destruidora)

de pressupostos que viria a consagrar Schumpeter como um economista inovador – justamente o tipo de combinação que faz da economia um campo de premissas contingentes e de conclusões plausíveis.

### **Bibliografia**

#### **Obras de Joseph Alois Schumpeter**

1908. *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig: Duncker&Humblot.  
1911/1982. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural.  
1914. "Epochen der Dogmen- und Methodengeschichte" in Max Weber (1914).  
1942/1961. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.  
1954. *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press.

#### **Obras de outros autores**

- ALLEN, Robert Lorin. (1994a). *Opening Doors: The Life and Work of Joseph Schumpeter*. Volume 1: Europe. New Brunswick&London: Transaction Publishers, v.1.  
ALLEN, R.L. (1994b) *Opening Doors: The Life and Work of Joseph Schumpeter*. Volume 2: America. New Brunswick&London: Transaction Publishers, v.2.  
ANUATTI NETO, Francisco (1994) *Persuasão racional em Keynes: uma aplicação de retórica em história das idéias econômicas*. São Paulo: IPE/USP. (Tese de doutoramento).  
ANDERSEN, E.S. (1991). *Schumpeter's Vienna and the Schools of Thought*. Institute for Production, University of Aalborg, August.Smaskrift n.o. 70.  
ARAÚJO, Rejane F. *A dinâmica da Argumentação em Schumpeter: um Ensaio de Análise Retórica*. São Paulo: IPE/USP. (Dissertação de mestrado).  
ARAÚJO, Rejane F.; BIANCHI, Ana Maria. (2005). "Theoretical Differences between the Rhetorics of Perelman and McCloskey". Submetido ao periódico *Energeia*.  
ARIDA, Pérsio. (1983) "A história do pensamento econômico como teoria e retórica". *Texto para Discussão* n.º 54. Departamento de Economia da PUC/RJ.  
BIANCHI, Ana Maria (2002) "Para Auditórios Diferentes, Diferentes Argumentos" in: Gala, P. & J.M. Rego (orgs.), 2002, pp.231-250.  
BIL'O, Simon. (2004). "Imputation and Value in the Works of Menger, Böhm-Bawerk and Wieser". The Ludwig von Mises Institute, July 21.  
CALDWELL, Bruce J. (2004). *Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F.A. Hayek*. The University of Chicago Press.  
DUPRÉEL, Eugène. *Sociologie générale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.  
GALA, Paulo e REGO, José. M. (Orgs.) (2002) *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. São Paulo: Editora 34.  
MAYER, Hans. (1994). "Imputation" in Israel M. Kirzner ed. *Classics in Austrian Economics*; London, William Pickering, vol. 2.  
McCLOSKEY, D.N. (1983). "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, vol.21 (2), pp.481-517.  
MENGER, Carl. (1871/1950). *Principles of Economics*. New York: New York University Press.  
OAKLEY, Allen. (1997). *The Foundations of Austrian Economics: From Menger to Mises*. Cheltenham:Elgar.  
PERELMAN, Chaim;OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. (1958/2002). *Teoria da Argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.  
PERELMAN, C. (1979). "La philosophie du pluralisme et la Nouvelle Rhétorique". *Revue Internationale de Philosophie*, n.º 127-128, pp. 5-17.  
PERROUX, François M. (1935). "La pensée économique de Joseph Schumpeter", prefácio à edição francesa de *Teoria do Desenvolvimento Econômico*.  
SALVIANO JR., Cleofas (1993). *O Discurso Cepalino: ensaio de análise retórica*. São Paulo: IPE-USP. (Dissertação de Mestrado).  
SWEDBERG, Richard. (1991). *The economics and sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press.  
WEBER, M.. (1914) *Grundriss der Sozialökonomik*. Tuebingen: J.C.B Mohr.